

Boletim Mensal WRM

[Assine o Boletim mensal do WRM](#)

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é totalmente gratuita.

NOSSA OPINIÃO

Territórios e soberania alimentar: onde convergem as lutas de camponeses e comunidades florestais

Esta edição do Boletim do WRM é coproduzida com a GRAIN, que trabalha para apoiar pequenos agricultores e movimentos sociais em suas lutas por sistemas alimentares controlados pelas comunidades e baseados na biodiversidade, e contra o sistema alimentar industrial, controlado por empresas. O WRM apoia as lutas das comunidades que dependem da floresta, em defesa de suas florestas e territórios, e contra plantações industriais de árvores, indústrias extrativas e outras ameaças à vida e aos meios de subsistência dessas comunidades. Embora cada organização tenha sua história e seu foco específicos, consideramos essas lutas intimamente ligadas e, na verdade, muitas vezes nos encontramos em reuniões, e-mails, fóruns e declarações.

Nos últimos anos, temos ido além e estabelecido relações de trabalho mais ativas – em princípio, mais na América Latina, mas, mais recentemente, também em outras partes do mundo. Por exemplo, atualmente, estamos trabalhando em um projeto conjunto que tem como objetivo apoiar as lutas de comunidades locais contra as grandes plantações industriais de dendê nas regiões ocidental e central da África. Por isso, é uma questão de lógica que acabemos produzindo este boletim juntos.

Afinal de contas, muitas comunidades que dependem das florestas são camponesas e muitos camponeses vivem em comunidades que dependem das florestas – e todos são produtores de alimentos. Eles são igualmente afetados pela agenda das empresas, seja por meio da expansão do eucalipto e outras plantações monocultoras de árvores ou por investidores estrangeiros que compram terras para plantar cultivos voltados a mercados internacionais de alimentos e biocombustíveis.

Eles também são difamados da mesma maneira e, muitas vezes, pelas mesmas pessoas: por destruir as florestas tropicais do mundo com práticas de agricultura itinerante, por causar a erosão do solo em função do excesso de pastagem, e por sua suposta falta de capacidade para produzir alimentos suficientes para uma crescente população global. Eles costumam ser retratados como atrasados e como obstáculos no caminho do progresso. E, como mostramos em um dos artigos deste boletim (sobre REDD+ e agricultura), atualmente, são alvo de projetos e programas para frear o desmatamento em nome da luta contra as mudanças climáticas.

Porém, a verdade é que os responsáveis por esses problemas não são os camponeses nem as comunidades que dependem da floresta. Os verdadeiros culpados são as economias baseadas em plantações, impulsionadas pelas empresas e em rápida expansão, com suas monoculturas que poluem e drenam água. Elas ocupam uma

quantidade cada vez maior de terras férteis e continuam a lavrar maciçamente sob florestas nativas e outros ecossistemas frágeis. No processo, geram grandes quantidades de emissões de gases do efeito estufa. E – é importante salientar – não produzem muita comida, e sim *commodities* para um mercado global de exportação cada vez mais voraz, para alimentar a indústria de papel, a indústria da pecuária e, mais recentemente, a indústria dos agrocombustíveis. Apesar disso, as comunidades que dependem da floresta estão recebendo ordens de ficar fora dessas florestas e encontrar seus alimentos e meios de subsistência em outros lugares. Comunidades camponesas são expulsas de suas terras para abrir caminho a plantações “mais produtivas”.

Como resultado, camponeses e comunidades que dependem da floresta no mundo todo estão sendo espremidos em cada vez menos terra. Hoje em dia, os camponeses representam mais de 90% de todas as propriedades rurais, mas controlam apenas um quarto das terras agrícolas do planeta. Mesmo assim, ainda conseguem produzir a maior parte dos alimentos do mundo sem emitir nem perto da quantidade de gases de efeito estufa produzida por grandes fazendas industriais. Porém, caso se permita que a atual onda global de concentração de terras continue crescendo, eles terão dificuldade de continuar fazendo isso. Nesse caso, quem vai alimentar o mundo?

Soberania alimentar: a luta comum

Para enfrentar o sistema alimentar empresarial e formular uma visão que coloque camponeses e comunidades florestais em um lugar central na luta contra as crises alimentar, ambiental e climática, a Via Campesina – movimento camponês mundial – lançou, em meados de 1990, a “soberania alimentar” como solução. Durante as últimas duas décadas, ela se tornou um eixo central na luta de muitos movimentos e organizações por um sistema alimentar melhor. Situar a soberania alimentar no centro da agenda também significa reconhecer o papel fundamental das mulheres no cultivo e na reprodução de sementes, bem como em prover alimentos para as suas famílias e comunidades, desde tempos antigos. Ao mesmo tempo em que sustentam a vida, as mulheres cumprem um papel essencial na linha de frente da luta em defesa dos territórios e, conseqüentemente, da soberania alimentar.

Entre outras coisas, essa luta inclui:

- Reforma agrária integral para devolver a terra aos pequenos agricultores e às comunidades locais, e defesa dos territórios fundamentais para as comunidades camponesas e florestais.
- Agroecologia como o método agrícola natural para alimentar o mundo.
- Uso do conhecimento indígena e de sementes locais.
- Oposição frontal ao sistema alimentar industrial, aos interesses comerciais de empresas e às tecnologias controladas pelo agronegócio.
- Foco em mercados locais e circuitos curtos, sob controle das comunidades locais.
- Entendimento de que essa luta reúne diferentes produtores de alimentos (agricultores, pescadores, pastores), diferentes públicos (produtores e consumidores de alimentos) em diferentes locais (Norte e Sul).

Camponeses e comunidades que dependem da floresta têm a mesma luta e um adversário comum.

A agenda climática

Esta edição do boletim do WRM direciona seu foco à luta contra a crise climática, outra agenda compartilhada por comunidades camponesas e dependentes da floresta. Elas estão sentindo o impacto desastroso da mudança climática em suas vidas cotidianas e seus meios de subsistência, mas também percebem que têm a chave para evitar a crise climática.

Por mais de dez anos, os governos do mundo, em cada conferência climática anual, foram perdendo muito tempo na promoção de falsas soluções para evitar fazer qualquer mudança real no modelo atual de produção e consumo. Essas falsas soluções incluem propostas para transformar as florestas em “sumidouros de carbono” que possam compensar as emissões em outros países, dentro do mecanismo de REDD, e iniciativas afins, como a abordagem de “REDD de paisagem”. Agora, os negociadores do clima também estão debatendo uma vaga proposta de agricultura “inteligente para o clima”, todos com a mesma intenção de compensar as emissões de gases do efeito estufa em vez de reduzi-las na fonte. Os governos estão nos levando mais fundo nessa crise, porque não estão abordando as verdadeiras causas das mudanças climáticas, e as empresas estão controlando cada vez mais a agenda das conferências e das tecnologias relacionadas às falsas soluções propostas e apoiadas pela ONU.

Em um recente debate sobre a próxima cúpula do clima, o diretor da FAO, José Graziano da Silva, disse: “a agricultura no seu sentido mais amplo, incluindo a silvicultura, a pesca e a aquicultura, pode e deve desempenhar um papel chave na luta contra as alterações climáticas” (...) (1) Contudo, nem as empresas de plantação industriais de árvores nem as do agronegócio poderão jamais fazer parte da solução, porque os modelos dos quais elas dependem são o problema (2). Em vez disso, camponeses e comunidades dependentes da floresta estão oferecendo e praticando, de forma convincente, a soberania alimentar como solução. Como calculou a GRAIN, o sistema alimentar industrial é o grande responsável pela crise climática, produzindo cerca de metade de todas as emissões globais de gases do efeito estufa. Em contraste, um sistema alimentar baseado em gestão adequada dos solos, agricultura natural, mercados locais, comida fresca e distribuição igualitária da terra não só sustentaria muitos camponeses e comunidades dependentes da floresta em todo o mundo, como também conseguiria reduzir as emissões e captar carbono de volta aos solos.

Mas há um longo caminho a percorrer antes de chegarmos lá. Como mostramos em um dos artigos do boletim, a indústria de fertilizantes está dominando as discussões e as decisões sobre o que fazer com a agricultura e com o sistema alimentar do mundo. Outro artigo reflete sobre a forma como os acordos comerciais fazem com que o mundo aprofunde a crise climática. Os projetos de REDD+ e os mercados de carbono isentam os poluidores e impedem as comunidades locais de acessar florestas para sua subsistência. Outro artigo, ainda, destaca como sistemas de certificação criados para fornecer “selos verdes” às indústrias de monoculturas, como as de madeira, celulose, soja ou dendê, estão buscando alianças com o REDD. Uma conversa entre GRAIN e WRM sobre sistemas de certificação e plantações de dendezeiros lança alguma luz sobre o significado desses regimes para as comunidades locais. E a questão da expansão de plantações de eucaliptos em Moçambique e no Brasil, também abordada neste boletim, merece atenção: essas plantações podem ser chamadas de “inteligentes” do

ponto de vista empresarial, mas de jeito nenhum de uma perspectiva climática, da soberania alimentar e do bem-estar das comunidades.

Na preparação para as mobilizações em torno da próxima cúpula climática da ONU, em Paris, em dezembro, movimentos sociais de todo o mundo estão se preparando para propor soluções reais e denunciar as falsas soluções que estão na mesa de negociações da ONU. Nesse sentido, é importante que as lutas e as soluções de camponeses e comunidades dependentes da floresta estejam presentes de forma central.

GRAIN (<https://www.grain.org/>) e WRM (<http://wrm.org.uy/>)

(1) <http://www.fao.org/news/story/en/item/336488/icode/>

(2) Ver mais informações sobre como as grandes plantações monocultoras são uma das principais causas do desmatamento em: <http://wrm.org.uy/browse-by-subject/deforestation/direct-causes/large-scale-monoculture-plantations/> e sobre o papel da agricultura industrial como uma das principais causas do desmatamento, em: <http://wrm.org.uy/browse-by-subject/deforestation/direct-causes/industrial-agriculture-and-cattle-raising/>

A LUTA POR SOBERANIA ALIMENTAR E A AGENDA CLIMÁTICA

Como os projetos de REDD+ prejudicam a agricultura camponesa e as verdadeiras soluções para as mudanças climáticas

A agricultura é cada vez mais discutida em fóruns de alto nível sobre a mudança climática, os quais promovem diferentes programas que – dizem – irão ajudar os agricultores a se adaptar às mudanças e reduzir as emissões de gases do efeito estufa na agricultura. Essas iniciativas são fortemente influenciadas por empresas e governos que querem proteger a agricultura industrial e os sistemas alimentares corporativos das verdadeiras soluções para a mudança climática, que dariam mais terras aos camponeses e apoiariam a agricultura agroecológica para mercados locais. Como resultado, a pequena agricultura camponesa está sendo alvo de uma série de falsas soluções para a mudança climática, promovidas agressivamente, enquanto a agricultura industrial e empresarial continua fazendo seus negócios de sempre. Um desses programas é chamado de REDD+.

Uma [publicação recente da GRAIN e do WRM](#) explica alguns dos padrões que fazem da **Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD)** um perigo para a agricultura camponesa. A publicação explica como o REDD+ reforça o sistema alimentar empresarial, que é o grande responsável pela mudança climática, roubou os territórios de muitas comunidades e povos da floresta, e prejudica os sistemas alimentares e agrícolas de camponeses e povos indígenas que podem esfriar o planeta.

Na maioria dos casos, as informações que as comunidades camponesas recebem sobre os projetos de REDD+ são tendenciosas ou incompletas. Os proponentes do projeto prometem muitos benefícios e empregos se a comunidade concordar com a atividade de REDD+ proposta. Mas a maioria dessas atividades limita o uso da floresta para

agricultura itinerante, coleta e outros usos de subsistência. Caça, pesca, pastagem ou o corte de algumas árvores para construção de moradias ou canoas também costuma sofrer restrições, que são fiscalizadas pelos proprietários do projeto de REDD+, muitas vezes com o apoio de guardas armados. Além disso, a maioria das comunidades não é informada de que os projetos geram créditos de carbono ou que os compradores desses créditos são algumas das maiores empresas do mundo, cujos negócios se baseiam na extração de combustíveis fósseis e na destruição dos territórios das comunidades tradicionais. Portanto, a agricultura camponesa é apontada como a causa do desmatamento, enquanto as causas principais são ignoradas. Ao mesmo tempo, as grandes causas do desmatamento, como a atividade madeireira industrial, a expansão de plantações de dendê, soja ou árvores, de megaprojetos de infraestrutura, mineração, grandes hidrelétricas e, acima de tudo, a agricultura industrial expandindo-se sobre a floresta – continuam sem restrição (Veja [“REDD: uma Galeria de Conflitos, Contradições e Mentiras”](#)).

Alguns padrões que tornam o REDD+ um perigo para a agricultura camponesa

O REDD+ responsabiliza as práticas agrícolas camponesas pelo desmatamento e as emissões

Os camponeses de todo o mundo estão sendo espremidos em menos terra, enquanto ainda conseguem produzir a maior parte dos alimentos do mundo sem gerar, nem de perto, a quantidade de emissões de gases do efeito estufa produzida por grandes fazendas industriais. A esmagadora maioria dos projetos de REDD+, no entanto, procura reduzir as emissões diminuindo ainda mais as terras a que camponeses e comunidades indígenas têm acesso ou mudando a forma como essa terra é usada por eles.

Os defensores do REDD+ partem do pressuposto equivocado de que a agricultura itinerante, uma prática comumente usada por povos da floresta em todo o mundo, é uma importante causa de desmatamento. Isso simplesmente não é verdade. O que geralmente é agrupado sob o termo “corte-e-queima”, na realidade, representa centenas de práticas diferentes de uso da terra, adaptadas às circunstâncias locais. Longe de causar grandes perdas florestais, essas práticas têm permitido que comunidades que dependem de florestas mantenham as florestas das quais que dependem. Onde a agricultura itinerante está levando à degradação florestal, os ciclos de rotação costumam ser encurtados porque há menos terra disponível para a agricultura itinerante. Isso é quase sempre resultado da expansão de plantações industriais ou megaprojetos de infraestrutura ou atividade madeireira industrial, que tomam terras das quais as comunidades camponesas dependem para produzir alimentos.

Outro argumento usado pelos defensores do REDD+ é que o “custo de oportunidade” é menor do que com a restrição à expansão de plantações e fazendas industriais. O “custo de oportunidade” é uma medida do valor econômico que teria sido gerado por empresas ou camponeses se a continuidade das atividades de desmatamento tivesse sido autorizada. Os consultores conseguem enxergar o dinheiro que as plantações geram para as empresas, mas não veem todo o valor que as áreas florestais representam para as comunidades camponesas em termos de produção local de alimentos, habitação, medicamentos, biodiversidade, cultura, etc. Para os defensores de REDD+, portanto, compensa mais em termos de “custos” fazer com que os camponeses parem de usar áreas florestais do que deter as empresas de plantações e os fazendeiros empresariais.

REDD+: Um bom negócio para empresas de carbono, ONGs internacionais de conservação, consultores e países industrializados

Uma das grandes promessas do REDD+ é que comunidades que dependem da floresta e pequenos agricultores vão ser pagos para proteger a floresta. Para atrair governos e comunidades do Sul, os defensores do REDD+ costumam fazer afirmações exageradas sobre a dimensão do comércio global de créditos de carbono – ou o tamanho esperado de um futuro mercado de carbono florestal.

A realidade é que o preço das licenças de carbono vem em queda livre desde 2008. E, enquanto o valor das licenças pode recuar até o preço esperado, as experiências de projetos de REDD+ que vendem créditos de carbono mostram como a maioria dos supostos lucros que estão, em teoria, indo para as comunidades serão apropriados por outros.

Antes de um projeto de REDD+ poder vender créditos de carbono, muitos documentos técnicos têm que ser escritos, certificados e verificados por diferentes empresas de auditoria. Todos esses preparativos custam dinheiro, e não é pouco, sendo acrescentados ao que se chama de “despesas gerais” ou “despesas de transação” dos projetos de REDD+.

Diferentemente, para grupos conservacionistas internacionais como *The Nature Conservancy*, *Conservation International* e WWF, o REDD+ é um bom negócio, porque eles conseguem captar uma grande parte da ajuda internacional e do financiamento para o clima disponíveis para o REDD+. Esses grupos estão envolvidos em diversos projetos e iniciativas de REDD+, e atuam como assessores de planos nacionais de REDD+. Nenhum desses grupos revelou o tamanho de seus orçamentos de REDD+ nem quanto de suas verbas vem do financiamento climático que os países industrializados contam como pagamentos de REDD+ ao Sul global.

Os países industrializados também podem ganhar ainda mais com o REDD+ se o novo tratado climático da ONU que está sendo negociado atualmente lhes der a possibilidade de receber o crédito pelas reduções do desmatamento em países tropicais. Uma das propostas que estão na mesa é que os países que deram apoio financeiro ao REDD+ contabilizem as reduções que ocorrerem por meio desse sistema em suas próprias metas de emissões – uma opção muito conveniente para governos de países industrializados que procuram maneiras de evitar cortes profundos das emissões em casa.

O REDD+ prejudica a soberania alimentar

Os projetos de REDD+ costumam comprometer a produção alimentar local e criar insegurança alimentar entre as comunidades locais de diferentes maneiras. Em alguns casos, as famílias que participam diretamente do projeto de compensação devem reduzir sua produção de culturas alimentares para plantar árvores para o projeto. Em outros casos, o projeto de REDD+ impede que as comunidades tenham acesso a áreas de floresta das quais elas dependem para caça e coleta, agricultura itinerante ou pastagem.

O fracasso reiterado de iniciativas de REDD+ em “estabelecer alternativas ao corte-e-queima” ou “modernizar” a agricultura camponesa através de propostas desenvolvidas por distantes proprietários de projetos ou por ONGs de conservação aponta para outra tensão inerente ao REDD+: esses projetos visam, acima de tudo, maximizar o

armazenamento de carbono na área que vai gerar os créditos. Iniciativas para envolver comunidades camponesas e povos da floresta são uma ideia posterior, exigência dos doadores, ou pretendem mostrar uma implementação supostamente participativa do projeto.

O REDD+ prejudica o controle das comunidades sobre os territórios

Os créditos de REDD+ negociáveis são uma forma de título de propriedade. Quem os compra não precisa ser dono da terra nem das árvores que estão “armazenando” o carbono, mas *tem direito de decidir como a terra será usada*. Também costuma ter direitos contratuais de monitorar o que está acontecendo na terra e solicitar acesso a ela a qualquer momento que escolher, pelo tempo em que for dono do crédito de carbono.

As comunidades muitas vezes não são informadas sobre como o contrato que assinaram para projetos de REDD+ pode prejudicar seu controle sobre seus territórios. Com frequência, as obrigações que as comunidades ou famílias assumem não são explicadas claramente ou são descritas em termos ambíguos, que podem facilmente ser mal interpretados. Procurar assessoria jurídica sobre esses documentos técnicos complexos e ambíguos é difícil, porque quase todos os contratos de REDD+ contêm cláusulas estritas de confidencialidade.

Outra forma importante em que os projetos de REDD+ afetam o controle das comunidades sobre os territórios é criando divisões dentro delas. Enquanto muitas promessas de emprego por meio de projetos de REDD+ continuam sem ser cumpridas, os projetos geralmente contratam pessoas de dentro da comunidade para trabalhar como guardas florestais, cujo papel é informar sobre o cumprimento das regras do projeto na comunidade. Em outras palavras, espera-se que fiquem de olho nos outros membros da comunidade. Seu papel é informar aos proprietários do projeto se os membros da comunidade cortam árvores, caçam, pescam, cultivam alimentos na floresta ou a usam da forma como sempre fizeram, mas que é proibida sob as regras do projeto de REDD+. Essa forma de “emprego” cria divisões dentro da comunidade que irão afetar negativamente sua capacidade de se organizar e trabalhar em conjunto para defender seus territórios.

Como as mudanças na lei inspiradas pelos mercados de carbono estão ameaçando a reforma agrária

O Código Florestal brasileiro é um exemplo de como as mudanças na lei informadas pelo REDD+ e iniciativas semelhantes de comércio de compensações representam um risco à reforma agrária e aos direitos dos camponeses à terra. A revisão do Código Florestal feita em 2012 estende o uso de créditos negociáveis de restauração florestal. Estes são créditos que um proprietário de terras pode vender se cortar menos floresta do que o Código Florestal permite. Os agricultores que, no passado, cortaram mais floresta do que a lei permitia e são obrigados, sob o Código Florestal de 2012, a restaurar a área desmatada além do limite legal – ou correm o risco de perder o acesso a linhas de crédito agrícola – podem comprar esses créditos de restauração florestal em vez de restaurar a floresta em sua própria terra.

Esses créditos de restauração florestal que podem ser negociados colocam em grande risco um instrumento fundamental para a Reforma Agrária no Brasil. O instrumento histórico da Reforma Agrária tem sido a expropriação de

latifúndios que se possam comprovar ser improdutivos e, portanto, não cumpram a “função social” da terra exigida pela Constituição. A introdução de créditos negociáveis de restauração florestal criou um instrumento que poderia proteger os proprietários de latifúndios da desapropriação para fins sociais porque esses créditos transformariam latifúndios improdutivos em fábricas de carbono e repositórios de reservas ambientais. Isto, por sua vez, permitiria que os proprietários alegassem que a terra está cumprindo a “função social” exigida constitucionalmente.

O REDD+ facilita a expansão da agricultura empresarial

O desmatamento causado pelo setor agrícola nas últimas décadas é quase inteiramente devido à expansão dos cultivos de *commodities* para exportação e para ração animal, sendo que a grande maioria dessa produção se expandiu em grandes fazendas industriais e plantações de monocultivos. Portanto, o desmatamento está diretamente ligado a cadeias internacionais de oferta de *commodities* que são controladas por um pequeno número de grandes empresas transnacionais de alimentos. Entre elas estão *traders* e produtores de *commodities* como Cargill, Louis Dreyfus Group, Bunge, Archer Daniels Midland (ADM), a JBS ou Wilmar International, empresas de alimentos como a Nestlé, Danone ou Unilever, além de supermercados e cadeias de *fast-food* como McDonald, Walmart ou Carrefour.

Para se proteger da má publicidade e para preservar seus canais de abastecimento, as empresas estabeleceram regimes de certificação voluntária e mesas redondas de *commodities* com a participação de algumas grandes ONGs internacionais (ver artigo separado neste boletim).

Conclusões

Os problemas são claros, as soluções existem... e são muito diferentes do conceito do REDD+.

O REDD+ contribui para ocultar o fato de que, embora a agricultura seja um dos principais fatores que contribuem para a mudança climática, nem todo mundo que planta cultivos tem a mesma responsabilidade pelas emissões. É o sistema alimentar industrial – com o seu alto uso de insumos químicos, sua erosão dos solos, seu desmatamento e sua ênfase na produção para os mercados de exportação – que é a principal fonte de emissões de gases do efeito estufa.

No entanto, o REDD+ acusa falsamente a agricultura itinerante e camponesa pelo desmatamento e as emissões de gases de efeito estufa. Na realidade, os camponeses já estão provando que é possível “alimentar o mundo” enquanto se produzem muito menos emissões do que o modelo industrial de produção agrícola centrado na exportação. Devolver a terra aos pequenos agricultores e às comunidades indígenas é a maneira mais eficaz de lidar com os desafios de alimentar uma população global crescente em uma era de mudança climática imprevisível. O REDD+ é uma distração perigosa em relação às medidas urgentes necessárias nesse sentido.

Acesse a publicação aqui: <http://wrm.org.uy/es/otra-informacion-relevante/los-proyectos-redd-y-como-debilitan-la-agricultura-campesina-y-las-soluciones-reales-para-enfrentar-el-cambio-climatico/>

Por que a RSPO facilita a concentração de terras para o óleo de dendê

***Este artigo é baseado em uma conversa entre Winnie Overbeek, coordenador internacional do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, e a GRAIN, em setembro de 2014, que foi publicada pela GRAIN em "[Planet palm oil](#)". As informações foram atualizadas para este artigo.*

GRAIN (1): O que é a Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável (RSPO, na sigla em inglês)?

Winnie: A RSPO é uma iniciativa fundada em 2001. É uma parceria entre a indústria de óleo de dendê (palma) e algumas ONGs – O WWF é muito importante. Na minha opinião, pode-se considerar a RSPO como uma resposta da indústria de óleo de dendê aos conflitos e problemas ambientais, em especial o desmatamento, causados pela expansão muito rápida da indústria nos últimos 20 anos, principalmente na Indonésia e na Malásia.

A RSPO tem atualmente mais de 750 membros, e apenas 13 deles são ONGs, de modo que os outros 740 são empresas relacionadas de alguma forma ao setor de óleo de dendê. Há os plantadores de dendê, os processadores e comerciantes do óleo, há os fabricantes de bens de consumo e alguns bancos e investidores. E, em um processo muito parecido com o sistema de certificação do Conselho de Manejo Florestal (FSC, na sigla em inglês), a RSPO concede certificados a produtores de óleo de dendê com base em um conjunto de princípios e critérios aprovados por seus membros. Em sua página na internet, a RSPO diz que já certificou cerca de 2,56 milhões de hectares – cifra de outubro de 2015 – de plantações de dendezeiros como “sustentáveis”. Eles chamam isso de “produção de óleo de dendê sustentável”, supostamente baseada em práticas de manejo legais, economicamente viáveis, ambientalmente adequadas e socialmente benéficas.

GRAIN: (2) O que significa a atual concentração de terras em grandes monoculturas industriais de óleo de dendê para as comunidades afetadas e para as empresas que a promovem, e qual é o papel da RSPO?

Winnie: As comunidades locais só têm a perder com a atual onda de concentração de terras para o óleo de dendê. Elas perdem o acesso a terras e recursos hídricos vitais, agora e para as gerações futuras. E têm de enfrentar todos os impactos que vêm com vastas plantações de monoculturas dentro de seus territórios – poluição por pesticidas, erosão do solo, desmatamento e migração de mão de obra. A experiência também mostra que os empregos gerados pelas plantações muitas vezes vão para pessoas de fora, e que a maioria deles é sazonal, mal paga e perigosa. Os esquemas de certificação, como a Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável (RSPO), não questionam isso, e preferem cumprir o papel de facilitar a expansão continuada ao chamá-la de “sustentável”.

Além disso, a expansão das plantações industriais em grande escala ameaça a produção local de óleo de dendê na África e em alguns lugares da América Latina. Essa produção local se baseia no controle das pessoas sobre as terras e o processo de produção – na maioria das vezes, nas mãos de mulheres – envolvendo, por exemplo, na África, milhões de pessoas em mais de 20 países onde o óleo de dendê é uma espécie nativa e

faz parte da cultura das pessoas. Vários produtos para os mercados locais são produzidos e vendidos com base no óleo de dendê. Na maioria das vezes, essas plantações não são monoculturas extensivas que dependem de insumos químicos, e geralmente oferecem óleo de dendê para cozinhar e outros produtos para uso local de muito boa qualidade.

Não há demanda que justifique a expansão das plantações de dendezeiros. O crescente mercado mundial de óleo de dendê não vai resolver a fome no mundo. É principalmente produto de novas diretrizes para os biocombustíveis e da substituição de óleos e gorduras produzidos localmente (sejam animais ou vegetais) por óleo de dendê importado barato, para a produção de alimentos processados por grandes empresas globais. As pessoas não precisam de mais plantações de dendezeiros; são as empresas que precisam.

GRAIN (3): Em sua experiência de trabalho com organizações comunitárias, a RSPO tem sido uma solução para as comunidades? Tem ajudado a tornar o óleo de dendê sustentável?

Winnie: É verdade que a RSPO, segundo algumas das organizações com que trabalhamos, resultou em alguns benefícios, e também é importante que eles possam mostrar alguns resultados positivos – eu imagino que seja para qualquer esquema de certificação. Por exemplo, eles conseguiram reduzir um pouco o desmatamento ou, pelo menos, fazer com que as empresas reduzissem sua taxa de expansão. Mas também é verdade que, para as comunidades que apresentaram queixas à RSPO, na Indonésia, por exemplo, (o país onde há mais problemas entre comunidades e empresas de óleo de dendê), nenhuma dessas queixas teve um desfecho satisfatório para as comunidades. E isso é muito preocupante, porque o mecanismo de queixa é a última opção para corrigir problemas não resolvidos no procedimento de certificação. Se o mecanismo de queixa da RSPO nem sequer funciona, o que se pode pensar do processo de certificação como um todo?

Já não é fácil para as comunidades acessarem esse mecanismo de queixa, e isso tem a ver com a segunda questão que eu quero levantar, que é o fato de que a RSPO foi criada sem qualquer participação de comunidades. A RSPO produziu uma série de procedimentos, de princípios e critérios, e eles costumam ser muito difíceis para as comunidades entenderem. A linguagem em que se escrevem esses procedimentos, até mesmo o mecanismo de queixa, é diferente da linguagem das comunidades. O que eu quero dizer é que eles são redigidos de forma muito técnica, e não de modo a facilitar o acesso das comunidades. Estão escritos na língua de empresas, consultores, cientistas, e é também a língua das ONGs participantes – na maioria das vezes constituídas por funcionários especializados com diplomas universitários. Eles podem facilmente compreender a documentação. É muito mais difícil para as comunidades. Esta é uma grande vantagem para as empresas que buscam uma certificação, e muitas vezes, uma fonte de frustração para as comunidades.

Um exemplo é a forma como, no âmbito do processo de certificação, eles definem as florestas que não deveriam ter sido plantadas com dendê. Eles as chamam de florestas de alto valor de conservação (AVC), e elas são determinadas pela identificação das áreas por parte de consultores contratados pela empresa, e não pelas comunidades. Na maioria das vezes, as comunidades não entendem esse conceito porque, para elas, todo o seu território, geralmente composto por diferentes áreas de floresta que elas usam para

muitas coisas diferentes, como agrossilvicultura, é importante. Todas essas diferentes áreas com florestas são muito importantes para as comunidades, e não apenas uma parte, como propõe a RSPO.

Outro aspecto problemático da RSPO é que ela não é um instrumento eficaz para resolver os problemas cada vez maiores de concentração de terras no Sul global e o plantio de mais monoculturas para exportação. Ela não questiona a lógica da indústria do óleo de dendê de expandir plantações e mercados. Se isso não for levado em conta, como se pode falar em óleo de dendê “sustentável” em nível global?

No nível local, há duas características das plantações que ainda não estão sendo questionadas pela RSPO: sua escala grande e sua produção monocultora. Esses são dois aspectos que têm sempre muitos impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais. Eles exigem enormes quantidades de pesticidas e água, e ocupam grande parte de territórios onde vivem várias pessoas – porque é comum que sejam estabelecidos em terra fértil – de modo que é muito problemático chamar as grandes plantações monocultoras de “sustentáveis”, e para nós é impossível. Assim, ao colocar um rótulo nesses projetos, declarando-os “sustentáveis”, a RSPO faz uma falsa promessa aos consumidores de que o óleo de dendê que eles consomem vem de uma plantação sustentável, que está beneficiando pessoas e beneficiando o mundo. Isso simplesmente não é verdade.

Um último problema importante da RSPO é ser um mecanismo que, como outras novas tendências como o REDD+, está nos dividindo como sociedade civil formada por comunidades, movimentos sociais e ONGs. A certificação está sendo usada como uma ferramenta para auxiliar determinadas comunidades em determinados momentos, enquanto, em outros países – ou até no mesmo país – a mesma ferramenta é usada para silenciar ou dominar pessoas e controlar seu território.

Portanto, esses mecanismos, como os esquemas de certificação ou os projetos de REDD+, precisam ser vistos e entendidos em um contexto mais amplo. Devemos refletir sobre o nosso compromisso de solidariedade para com aqueles que estão sofrendo abuso por parte de esquemas de certificação e projetos de REDD+. Isso, penso eu, ainda não está acontecendo o suficiente, e é muito preocupante. Então, agora, por exemplo, também há uma tendência de aproximação entre mecanismos como a RSPO e o REDD+. As áreas florestais de alto valor de conservação de que eu falei anteriormente, que a RSPO quer proteger, também estão sendo chamadas de “florestas de alto valor de carbono”. Isso significa que, um dia, uma empresa certificada pela RSPO também poderia vender créditos de carbono de sua área, mesmo que estudos mostrem que os agrocombustíveis produzidos a partir de monocultura em grande escala podem resultar em ainda mais emissões de CO₂ do que usar combustíveis fósseis para gerar energia.

Em geral, eu acho que as limitações e os problemas da RSPO no longo prazo são muito maiores e mais significativos do que os seus benefícios para as comunidades, e eu diria que o contrário é verdadeiro para as empresas: elas recebem muito mais benefícios da RSPO do que os custos que têm. No final das contas, as empresas ficam mais fortes com mecanismos como a RSPO, e a luta das comunidades para resistir à concentração de terras e defender seus territórios fica mais difícil.

Agricultura inteligente para as empresas

À medida que se aproximam as negociações climáticas da ONU, em dezembro, há apenas uma grande iniciativa intergovernamental sobre clima e agricultura, e ela é controlada pelas maiores empresas de fertilizantes do mundo. A Aliança Mundial para a Agricultura Inteligente para o Clima, lançada em 2014, na Cúpula da ONU sobre Mudanças Climáticas, em Nova York, é o resultado de vários anos de esforços por parte do lobby dos fertilizantes para bloquear ações significativas sobre a agricultura e as alterações climáticas.

O golpe da indústria de fertilizantes nas políticas foi possível, em parte, porque seu papel na mudança climática é muito subestimado. As pessoas associam a Shell ao fraturamento (*fracking*) – nova tecnologia de extração do chamado gás de xisto -, mas não a empresa norueguesa Yara. Porém, é a Yara que coordena o lobby empresarial pelo gás de xisto na Europa e, junto a outras empresas de fertilizantes, suga a maior parte do gás natural produzido pelo rápido incremento do fraturamento nos Estados Unidos.

Os fertilizantes, principalmente os nitrogenados, exigem uma enorme quantidade de energia para produzir e geram cerca de 1% a 2% das emissões globais de gases de efeito estufa. Os fertilizantes químicos destroem o nitrogênio natural dos solos, de forma que os agricultores tenham que usar mais fertilizantes a cada ano para manter a produtividade. Nos últimos 40 anos, a eficiência dos fertilizantes nitrogenados diminuiu em dois terços, e seu consumo por hectare aumentou sete vezes. Além disso, a oferta desses fertilizantes, produzidos quase que inteiramente a partir de gás natural, deve crescer cerca de 4% ao ano na próxima década. Novos estudos mostram que a taxa de emissões de óxido nitroso (N₂O), que é 300 vezes mais potente do que o dióxido de carbono (CO₂) como gás do efeito estufa, aumenta exponencialmente à medida que se aplica mais fertilizante. O uso de fertilizantes está se expandindo mais rápido nos trópicos, onde os solos geram taxas ainda maiores de emissões de N₂O por kg de nitrogênio aplicado, principalmente quando foram desmatados.

Há cada vez mais evidências de que os agricultores podem deixar de usar fertilizantes químicos sem reduzir a produção, através da adoção de práticas agroecológicas. Como resposta, as empresas de fertilizantes têm agido agressivamente para controlar o debate internacional sobre agricultura e mudanças climáticas, e se posicionar como parte da solução.

Fachadas para os fertilizantes

A indústria de fertilizantes é dominada por um punhado de grandes empresas. A Yara, da qual o governo norueguês e seu fundo de pensão estatal detêm mais de 40% da propriedade, domina o mercado mundial de fertilizantes nitrogenados, enquanto a Mosaic, com sede nos Estados Unidos, e algumas empresas no Canadá, em Israel e na ex-União Soviética operam cartéis que controlam a oferta de potássio. A Mosaic é também a principal produtora de fosfatos.

Essas empresas são representadas por uma série de grupos de *lobby*. Em nível mundial, os principais são *The Fertiliser Institute*, *International Fertiliser Industry Association* e *International Plant Nutrition Institute*. As empresas de fertilizantes também são representadas por grupos de pressão de consumidores de energia, como a *International*

Federation of Industrial Energy Consumers. A Yara preside o Grupo de Trabalho sobre Gás que, em colaboração com a *Fertilisers Europe*, está fazendo um *lobby* pesado para o desenvolvimento do gás de xisto na União Europeia.

Na América do Norte, Yara e outras empresas de fertilizantes e grupos de *lobby* cofundaram a *Alliance for Sustainable Agriculture* (“*Field To Market*”) ao lado de outras grandes empresas de alimentos e do agronegócio, como Walmart, Kellogg e Monsanto. Também ativas nessa aliança são grandes ONGs ambientais norte-americanas, como *Environmental Defense Fund* (EDF) e *The Nature Conservancy* (TNC). Essas ONGs trabalham diretamente com Yara, Mosaic e outras empresas de fertilizantes, em programas voltados à eficiência dos fertilizantes “inteligentes para o clima”. As mesmas ONGs e grupos de fachada dos fertilizantes estão por trás da *Solutions from the Land*, uma aliança norte-americana de grandes empresas do agronegócio e agricultores empresariais, estabelecida para evitar regulamentações ambientais que poderiam afetar a indústria. No início de 2015, a *Solutions from the Land* mudou seu nome para *North American Alliance for Climate Smart Agriculture*, e agora atua como a coordenação regional para a Aliança Mundial para a Agricultura Inteligente para o Clima.

Além disso, a Yara é particularmente ativa no âmbito do Fórum Econômico Mundial (WEF), onde preside o grupo de trabalho sobre Agricultura Inteligente para o Clima, por meio do qual coordena a implementação de programas de fertilizantes “inteligentes para o clima” com Nestlé, PepsiCo, Syngenta e outras empresas na Ásia e África. A Yara também está trabalhando com essas empresas no desenvolvimento de programas na África (chamados de *Grow Africa*) e no México (chamados de *Grow Mexico*).

As empresas de fertilizantes também trabalham em conjunto com centros de pesquisa do *Consultative Group for International Agricultural Research* (CGIAR) em diversas iniciativas inteligentes para o clima no Sul Global, como o programa “*Climate Intelligent Villages*”, que o Centro Internacional de Melhoramento de Milho e Trigo (CIMMYT), com sede no México, implementa em colaboração com o *International Plant Nutrition Institute*. O relacionamento se estende à *Alliance for a Green Revolution in Africa* (AGRA), financiada pela Fundação Bill Gates e que tem várias áreas de cooperação com o CGIAR e a indústria de fertilizantes, como o *African Green Revolution Forum*, que foi criado pela Yara e a AGRA em 2010.

O principal veículo para a promoção de fertilizantes no Sul Global, no entanto, é o *International Fertiliser Development Center* (IFDC), que foi criado no Alabama, Estados Unidos, na década de 1970, e é financiado por várias empresas de fertilizantes, incluindo a Yara. O IFDC faz *lobby* junto a governos por políticas que aumentem o uso de fertilizantes e promove diferentes técnicas de aplicação de fertilizantes, como o manejo integrado do solo que a AGRA, o Banco Mundial e outras agências de fomento adotaram como “inteligentes para o clima”.

Todas essas várias corporações, agências, grupos de fachada e alianças convergiram para promover a “agricultura inteligente para o clima” como a resposta oficial à mudança climática. A Organização para Alimentação e Agricultura da ONU (FAO) cunhou a expressão em 2010, como forma de atrair financiamento climático para seus programas agrícolas na África. No entanto, a expressão só ganhou importância nos círculos políticos internacionais em 2012, após a segunda Conferência Mundial sobre

Agricultura, Segurança Alimentar e Mudanças Climáticas, organizada pelo Banco Mundial e a FAO, e patrocinada pelo governo do Vietnã.

A escolha do Vietnã não foi por acaso. A Yara e outras multinacionais de alimentos e agronegócios do WEF tinham lançado recentemente uma grande parceria público-privada com o governo vietnamita, na qual foi dada a essas empresas responsabilidade exclusiva sobre as “cadeias de valor” dos principais produtos de exportação do país. Os programas do Vietnã foram adotados como o primeiro projeto-piloto do WEF para a agricultura inteligente para clima, que a Yara ficou encarregada de supervisionar.

No momento da terceira Conferência Mundial, na África do Sul, um ano depois, o *lobby* de fertilizantes e seus aliados tinham elaborado um plano para a criação de uma Aliança para a Agricultura Inteligente para o Clima, a ser formalmente apresentado na Cúpula do Clima da ONU, em setembro de 2014, como principal plataforma de ação da comunidade internacional sobre mudanças climáticas e agricultura. O Departamento de Estado dos EUA, em seguida, assumiu a liderança na promoção do plano.

Hoje, a Aliança Mundial para Agricultura Inteligente para o Clima está cheia de empresas de fertilizantes, grupos de fachada, e ONGs e empresas que trabalham diretamente com eles. Seu Comitê Executivo inclui Yara, Mosaic, EDF e TNC, bem como os governos da Noruega e dos Estados Unidos.

Poluição como solução

Não existe definição precisa de “agricultura inteligente para o clima”, e isso é deliberado. Em vez de defini-la, a Aliança Mundial para a Agricultura Inteligente para o Clima deixa que seus membros determinem o que a expressão significa para eles.

A FAO, um dos principais organizadores da Aliança, produziu um livro de referência e uma lista que o acompanha, com dez “histórias de sucesso” sobre agricultura inteligente para o clima. Todos os exemplos são programas de extensão implementados de cima para baixo, incluindo uma técnica de aplicação de fertilizantes nitrogenados, com foco em pequenos agricultores no Sul Global. O CGIAR tem um conjunto semelhante de “histórias de sucesso” inteligentes para o clima, voltadas ao Sul Global, que promovem o uso de fertilizantes e transgênicos, e não fazem menção à agroecologia. A maioria das iniciativas de agricultura inteligente para o clima, no entanto, vem diretamente do setor privado, por meio de alianças entre as grandes empresas do agronegócio e de alimentos.

O que isso significa concretamente pode ser visto no projeto-modelo que a Yara está implementando com a PepsiCo nas plantações que fornecem laranjas para seus sucos Tropicana. No projeto, a PepsiCo faz com que essas plantações comprem os fertilizantes nitrogenados com “baixa pegada de carbono” da Yara, que supostamente produzem menos escoamento de fertilizante. Esses “fertilizantes especiais” foram desenvolvidos pela Yara “para evitar uma situação em que apenas alimentos produzidos organicamente obteriam a aprovação climática”.

Perversamente, na África, para onde está dirigida grande parte da atenção da Aliança Mundial, a indústria de fertilizantes e seus aliados afirmam que aumentar o uso de fertilizantes é uma maneira “inteligente para o clima” de reduzir as emissões de gases do efeito estufa. A Yara e a Syngenta estão realizando testes na Tanzânia para mostrar

que aumentar a produção com fertilizantes químicos e sementes híbridas “reduz a necessidade de desmatamento, evitando, portanto, emissões de gases do efeito estufa”. A África, contudo, não interessa à indústria de fertilizantes apenas como uma forma de desviar a atenção das emissões agrícolas nos países industrializados. É o mercado que mais cresce no mundo para fertilizantes químicos, e uma nova fonte importante de exploração de reservas de gás natural, principalmente na costa leste, entre Tanzânia e Moçambique. A Yara é um ator central em iniciativas para promover a agricultura industrial em grande escala na África, como o projeto do Corredor de Crescimento Agrícola Sul do WEF, na Tanzânia, onde a Yara, coincidentemente, está em conversações com o governo para a construção de uma nova fábrica de fertilizantes nitrogenados, de 2,5 bilhões de dólares.

É possível alcançar reduções drásticas e rápidas nas emissões de gases do efeito estufa em nossos sistemas alimentares sem grandes consequências econômicas para as pessoas. A eliminação de fertilizantes químicos é um dos pontos de partida mais fáceis e eficazes. Ela melhoraria os meios de subsistência dos agricultores, forneceria alimentos mais nutritivos, protegeria a camada de ozônio e ajudaria a proporcionar sistemas de água potável. Há muitos estudos que mostram que os agricultores que usam práticas agroecológicas simples podem produzir a mesma quantidade de alimentos sem fertilizantes químicos, na mesma quantidade de terra.

Abandonar o hábito dos fertilizantes não é um problema técnico, e sim uma questão de política. Nenhuma ação significativa pode ocorrer até que se reduza o controle da indústria de fertilizantes sobre quem toma as decisões políticas. Começemos a fazer com que isso aconteça desmantelando a Aliança Mundial para a Agricultura Inteligente para o Clima e expulsando as empresas de fertilizantes da COP21 em Paris.

GRAIN, <http://grain.org/>

Acesse a publicação em Espanhol, Inglês e Francês em:

<https://www.grain.org/article/entries/5270-the-exxons-of-agriculture>

Duas mentiras deslavadas se juntam: mesas redondas de certificação e REDD+

A certificação tem sido descrita como a mais deslavada das mentiras deslavadas do movimento de sustentabilidade. E, nos últimos anos, as mesas redondas de certificação se juntaram a outra mentira deslavada: o REDD+. No caso deste, a mentira começa no nome. O REDD+ não foi concebido para realmente reduzir emissões, pelo menos não aquelas causadas pelos responsáveis por desmatamento em larga escala. Em vez disso, o REDD+ responsabiliza camponeses e povos da floresta pela perda florestal, enquanto as empresas e as políticas governamentais realmente responsáveis pelo desmatamento em larga escala continuam incólumes, com o desmatamento que causam recebendo frequentes “lavagens verdes” por parte dos selos parecidas das normas de certificação de commodities e do REDD+.

“A certificação é uma das mais deslavadas mentiras do movimento de sustentabilidade. Eu já vi as evidências muitas vezes”, escreve Scott Poynton em seu livro *Beyond Certification*, de 2015. (1) Poynton é um antigo apoiador da certificação voluntária e,

por muitos anos, trabalhou para melhorar o desempenho do Conselho de Manejo Florestal (FSC, na sigla em inglês). A experiência do WRM e sua documentação de realidades, tanto do FSC quanto da Mesa Redonda do Óleo de Palma Sustentável (RSPO), certamente confirmam a conclusão de Scott Poynton. (2) E, nos últimos anos, as mesas redondas de certificação começaram a se unir a outra mentira deslavada: o REDD+. A sigla significa Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, e o sinal de mais significa muito mais coisas, de extração industrial de madeira a plantações de árvores. No caso do REDD+, a mentira começa no nome. Ele não foi concebido para realmente reduzir emissões, pelo menos não aquelas causadas pelos responsáveis por desmatamento em larga escala. Até mesmo ferrenhos defensores do REDD, como a Ecosystem Marketplace, têm apontado que ele não passa de um mecanismo de financiamento *que pode ajudar as pessoas que queiram salvar a floresta*. Não mais do que isso, “*porque qualquer um que respondesse a incentivos puramente econômicos optaria por óleo de dendê*”, soja, carne, eucalipto ou cana-de-açúcar. (3)

Por que empresas de bens de consumo, como Unilever, e os compromissos internacionais que afirmam frear o desmatamento os promovem cada vez mais? Será porque as normas de certificação voluntária e o REDD+ não são concebidos para lidar com a principal causa do desmatamento – a expansão incólume da agricultura industrial e da infraestrutura relacionada a ela, que inclui hidrelétricas, poços de petróleo e depósitos de gás natural? (Veja artigo sobre a indústria de fertilizantes e a mudança climática, neste boletim.)

Um desses compromissos internacionais é a Declaração de Nova York sobre Florestas. A Declaração foi lançada durante a Cúpula do Clima organizada pelo Secretário-Geral da ONU, Ban Ki Moon, em Nova York, em agosto de 2014. Entre os signatários estão 30 governos nacionais e algumas das maiores empresas do setor de alimentos, incluindo Unilever, Cargill e Bunge (ver o [editorial do boletim de setembro do WRM](#)). Os signatários da declaração se comprometem a reduzir o desmatamento à metade até 2020 e eliminá-lo totalmente até 2030, mas a declaração não inclui um plano sobre como fazer isso, nem diz coisa alguma sobre como frear a expansão das plantações de dendê, soja, eucalipto, acácia ou cana-de-açúcar, ou a criação de gado. E o mesmo acontece com iniciativas semelhantes, como o Compromisso do Óleo de Dendê da Indonésia (4) ou o Manifesto do Óleo de Dendê Sustentável (5).

Em vez de traçar um plano de ação que interrompa a destruição causada pela constante expansão das plantações industriais monocultoras e a criação de gado em florestas, eles promovem a vinculação das normas de certificação voluntária, como RSPO ou FSC, com o REDD+. Além disso, iniciativas semelhantes apoiadas por empresas globais de alimentos introduzem outro conceito enganador: o desmatamento **líquido** zero. Por exemplo, o Consumer Goods Forum – “*uma colaboração de 400 varejistas, fabricantes e prestadores de serviços, com vendas anuais combinadas de mais de 3 trilhões de dólares*”, que inclui entre os seus membros muitas das grandes empresas globais de alimentos, de Unilever a Cargill, Mars e Nestlé, estabeleceu o objetivo de chegar ao “*desmatamento líquido zero*” em 2020. Mas desmatamento **líquido** zero não é igual a desmatamento zero! (6) O desmatamento **líquido** zero significa que as empresas podem continuar destruindo florestas desde que consigam mostrar um certificado de que

alguém, em outro lugar, plantou árvores ou protegeu alguma floresta de tamanho pelo menos igual à que eles converteram em pastagem ou plantação monocultora e que, aparentemente, teria sido destruída não fosse por isso.

O que essas mentiras deslavadas do movimento de sustentabilidade fazem é aumentar a aceitabilidade social de mercados estrangeiros que são sensíveis a questões climáticas em relação ao desmatamento continuado para a expansão de plantações para exportação e criação de gado. Isso acontece porque os cálculos de carbono e os créditos de REDD+ tornam invisível o conseqüente aumento das emissões de gases do efeito estufa – ou alegam que as emissões não vão prejudicar o clima porque sua liberação foi anulada pela economia extra em outros lugares. O pressuposto é de que a compra de compensações de REDD+ certificadas ou créditos de carbono florestal (gerados através da restrição a práticas agrícolas de camponeses, agricultura itinerante e outros usos da floresta – ver artigo sobre REDD e agricultura, neste boletim) podem compensar as emissões de desmatamento que foram causadas. Há evidências esmagadoras de que esse pressuposto é falso (ver [mais informações aqui](#)). Além do mais, o REDD+ também significa que mais terra será bloqueada para a produção de *commodities* agrícolas: a área real de produção para a qual as empresas conseguem obter um selo das atuais mesas redondas de certificação e a terra usada como compensação de REDD+, também certificada por alguma norma que ateste que o consumidor consciente do clima pode continuar comprando o produto em questão sem receios.

Portanto, a combinação das duas mentiras deslavadas das normas de certificação voluntária e do REDD+, somada ao conceito de “desmatamento *líquido* zero”, permite que as empresas continuem sua destruição por trás da cortina de fumaça dos selos verdes e de cálculos de carbono enganosos. Assim como as normas ambientais e sociais negociadas em mesas redondas de certificação foram a resposta à crescente demanda dos consumidores por *commodities* agrícolas “sustentáveis”, as mesmas iniciativas de certificação cada vez mais consideram o carbono em resposta à crescente atenção às mudanças climáticas entre consumidores e iniciativas governamentais. Todas as grandes mesas redondas de *commodities* agrícolas, seja para dendê, soja, cana-de-açúcar ou carne, agora incluem requisitos relacionados às emissões de gases do efeito estufa. O foco da combinação das mentiras deslavadas do REDD+ e normas de certificação voluntária não está, portanto, em interromper a expansão, mas em permitir a expansão da agricultura industrial sobre florestas intactas, trabalhando em torno de manchas de florestas de “alto valor de carbono” ou “alto valor de conservação da biodiversidade”.

O amplo engajamento das empresas nessas iniciativas mostra que a união das mesas redondas de certificação com o REDD+ oferece oportunidades às empresas do setor de alimentos preocupadas com sua imagem em mercados sensíveis ao clima mas que, no entanto, visam à expansão contínua. E elas podem contar cada vez mais com apoio governamental. O Departamento de Energia e Mudanças Climáticas do Reino Unido (DECC), por exemplo, em um documento explicando por que vai financiar a “Iniciativa para o Desenvolvimento Sustentável de Paisagens Florestais” (ISFL), lançada pelo Banco Mundial em 2013, escreveu: “*Há um interesse cada vez maior do setor privado em redirecionar sua cadeia de abastecimento a commodities produzidas de forma sustentável. Isso é impulsionado pela demanda dos consumidores, que querem evitar a*

publicidade negativa e a preocupação com a segurança do abastecimento. O Consumer Goods Forum se comprometeu com cadeias de abastecimento baseadas em desmatamento zero para carne, soja, dendê e celulose/papel até 2020, mas precisa de ajuda dos governos para cumprir esse objetivo. É por isso que estamos trabalhando em conjunto com eles e com outros governos da Aliança pelas Florestas Tropicais 2020 (TFA2020). Mudanças no setor privado em consonância com esses compromissos poderiam trazer fluxos de receita alternativos para os países do REDD+, o que é especialmente importante na ausência de um mercado profundo para créditos de carbono oriundos das florestas”. (7) O documento do DECC mostra por que o desmatamento **líquido** zero é tão atraente: é um conceito aberto à confusão! Embora a declaração do DECC sugira um compromisso por parte do Consumer Goods Forum de frear o desmatamento, o Fórum se comprometeu apenas com trabalhar no sentido do desmatamento **líquido** zero em 2020. Isso significa que ele pode afirmar ter atingido seu objetivo, apesar da destruição contínua de florestas, desde que seus membros estabeleçam plantações industriais de árvores suficientes para se chegar a um saldo líquido zero em termos de perda de cobertura arbórea!

O potencial de Relações Públicas para empresas que queiram parecer verdes e ainda expandir o seu volume de negócios é óbvio. “*Este é exatamente o tipo de iniciativa que temos muito prazer em apoiar. Precisamos encontrar novas formas de parceria público-privada para enfrentar os desafios globais, como o desmatamento*”, disse Paul Polman, diretor-executivo da multinacional anglo-holandesa de bens de consumo Unilever quando o Banco Mundial lançou a ISFL.

E a Unilever não está só. Christine McGrath, vice-presidente para Assuntos Externos da Mondelēz International, comentou que a empresa está “*ansiosa para trabalhar com o Banco Mundial no sentido de determinar como a Iniciativa BioCF para Paisagens Florestais Sustentáveis pode contribuir para a nossa estratégia de comprar commodities fundamentais, como café e óleo de dendê, de regiões onde as florestas tropicais são protegidas*”. Alfred Evans, chefe da Bunge Environmental Markets, foi igualmente entusiasmado com relação à ISFL: “*A Bunge tem o prazer de se unir ao Banco Mundial para discutir a formação da Iniciativa Fundo BioCarbono para Paisagens Florestais Sustentáveis, uma iniciativa inovadora [...]. Esta nova forma de engajamento entre o setor público e o privado seria benéfica para todas as partes interessadas. Em particular, o BioCF ajudará a indústria de commodities a responder à atenção cada vez maior que consumidores e produtores dão à sustentabilidade em cadeias de abastecimento de alimentos*”.

O que nem a ISFL nem outras iniciativas de REDD+ vão conseguir, sozinhas ou com as normas de certificação e compromissos de desmatamento **líquido** zero, é frear a perda florestal. E não devemos nos surpreender, porque eles não foram concebidos para isso, como até apoiadores ferrenhos do REDD, como a Ecosystem Marketplace, têm apontado em relação ao REDD+: ele não passa de um mecanismo de financiamento **que pode ajudar pessoas que queiram salvar a floresta**. Não é mais do que isso, “*porque qualquer um que respondesse a incentivos puramente econômicos optaria por óleo de dendê*”, soja, carne, eucalipto ou cana-de-açúcar.

Se, no entanto, o objetivo é frear o desmatamento e fortalecer os direitos dos povos da floresta, é hora de avançar além da certificação, acabar com o experimento do REDD+ e substituir essas mentiras deslavadas do movimento de sustentabilidade por compromissos reais com o fim da destruição das florestas. Isso envolveria não apenas um compromisso para acabar com a expansão da agricultura industrial e a recuperação de áreas já destruídas por grandes plantações monocultoras e pecuária industrial, mas também um compromisso com deixar o petróleo no subsolo e o carvão e o gás natural em seus depósitos subterrâneos. Infelizmente, esses compromissos provavelmente não serão debatidos na próxima cúpula climática da ONU, em Paris.

Jutta Kill, jutta@wrm.org.uy

Membro do Secretariado Internacional do WRM

Para mais informações, ver, também: WRM (2014): *O REDD passa das florestas às paisagens: mais do mesmo, apenas maior e com mais risco de causar danos*

<http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/o-redd-passa-das-florestas-as-paisagens-mais-do-mesmo-ainda-mais-maior-e-com-mais-risco-de-causar-danos/>

(1) Scott Poynton (2015): Beyond Certification.

<http://www.dosustainability.com/shop/beyond-certification-p-64.html?zenid=fec4487347616f9f1a6034f63b8309d0> and REDD Monitor article about the book: <http://www.redd-monitor.org/2015/10/20/scott-poynton-certification-isnt-working-and-is-in-fact-part-of-the-problem/>

(2) Para publicações do WRM e outros materiais sobre os problemas com as normas de certificação voluntária, como FSC e RSPO, ver <http://wrm.org.uy/browse-by-subject/international-processes-and-actors/fsc/>

(3) Steve Zwick (2014): Todd Lemons: Ecosystem Entrepreneur.

<http://www.ecosystemmarketplace.com/articles/todd-lemons-ecosystem-entrepreneur/>

(4) <http://www.palmoilpledge.id/>

(5) http://www.simedarby.com/upload/Sustainable_Palm_Oil_Manifesto.pdf

(6) <http://www.jornada.unam.mx/2015/06/13/opinion/021a1eco>

(7)

https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/305241/CF_BC_for_DECC_investment_in_BioCF_and_FCPF_CF.pdf

A farsa de uma “silvicultura inteligente”:

Os casos de Green Resources em Moçambique e Suzano no Brasil

“Ninguém come eucalipto”. Essa afirmação bem direta foi a forma como camponeses expressaram, anos atrás, sua indignação quando a empresa Aracruz Celulose expandiu o monocultivo de eucalipto sobre terras agricultáveis do estado do Espírito Santo, no Brasil, para poder produzir e exportar mais celulose. Mesmo assim, essa e outras empresas sempre adotaram um discurso público de que suas práticas eram “inteligentes”: por exemplo, eucalipto só era plantado em terras “degradadas” ou “abandonadas”. Agora, com a crise climática, a FAO está sugerindo adotar uma “silvicultura inteligente para o clima”. Nossa pergunta: será que já podemos dizer que as empresas praticam hoje algo que se parece com uma “silvicultura inteligente”?

A FAO é a organização da ONU para promover a agricultura e a alimentação, mas trata também dos temas de florestas e plantações de árvores – esta última categoria é erroneamente definida por ela como “florestas plantadas”. No seu livro de referência sobre “agricultura inteligente para o clima” (CSA, na sigla em inglês), a FAO aborda o papel de florestas e árvores, dizendo, dentre outras coisas, que “*o esforço para fazer a transição à silvicultura inteligente para o clima precisa acontecer em todos os níveis (...) e escalas*” (1).

Mas podemos chamar a silvicultura como ela é praticada hoje de inteligente? Uma silvicultura praticada por poucas empresas, que ocupam milhões de hectares de monoculturas de eucalipto, pinus, acácia, seringueira e algumas outras espécies, visando a maior produtividade possível e causando muitos impactos negativos?

Em contradição com o objetivo da FAO de fortalecer a produção de alimentos e o discurso das empresas de recuperar terras “degradadas”, a prática tem sido as empresas de monoculturas de árvores sempre disputarem terras agricultáveis. Isso por uma razão muito óbvia: se não ocupassem terras férteis, suas plantações não teriam a produtividade desejada. Por isso, onde as plantações se expandem – geralmente em grandes áreas de milhares de hectares –, a produção de alimentos costuma ser reduzida. Trata-se de um verdadeiro desastre para as comunidades camponesas, com profundo impacto sobre a soberania alimentar das comunidades e da população local. Portanto, um processo pouco inteligente. Por isso, a lógica empresarial que visa o máximo de produção e lucro tem sido uma das principais críticas que essas empresas receberam, muito bem resumida na frase “ninguém come eucalipto”.

Em resposta, várias empresas começaram a desenvolver projetos-piloto que pudessem integrar, de alguma forma, o plantio de monocultivo de árvores com a produção de alimentos. Um dos programas mais propagados e implementados é o chamado “fomento florestal”. Significa que agricultores plantam eucalipto nas suas próprias terras, geralmente assinando um contrato com a empresa para que cuidem das árvores e posteriormente as vendam apenas para essa mesma empresa, além de assumir os riscos caso as plantações não se desenvolvam bem. As empresas apresentam essa ideia como um “programa social”, uma forma de “ajudar” os camponeses, também sugerindo que, com o “fomento”, seria possível integrar de forma harmoniosa o plantio de eucalipto com a produção de alimentos.

A empresa “Green Resources” em Moçambique

Em Moçambique, o principal país africano em termos de expansão de plantações de árvores para madeira, a empresa norueguesa Green Resources (GR) está promovendo o monocultivo de eucalipto na província de Nampula, sob o nome de Lúrio GR. Durante uma recente visita de campo ao distrito de Mecubiri, ouvimos moradores de uma comunidade diretamente afetada pelas plantações de eucalipto da empresa.

Na sua página na internet, a Green Resources afirma que planta eucalipto apenas em “*pastagens de baixo valor ou áreas de floresta degradada*”. Mas, ouvindo a comunidade sobre essa afirmação, a mesma é categórica ao dizer que a empresa ocupa terras agricultáveis. São terras onde famílias já faziam, fazem e/ou farão futuramente sua roça de alimentos, por eles chamada de “machamba”. As pessoas afirmam que, nos

últimos anos, paralelamente à entrada na comunidade do plantio de eucalipto, a produção de alimentos foi reduzida.

Os moradores também contam que parte desse eucalipto é plantada nas terras de camponeses/as como “fomento florestal”, um programa que conta até com apoio da União Europeia. Conversando com um grupo de pessoas que participa dele, elas dizem que entraram no programa em função das promessas da empresa de que ficariam ricas, que poderiam continuar plantando alimentos no meio dos eucaliptos e que, se 80% das mudas de eucalipto sobrevivessem, ganhariam um painel solar – para poder ter acesso a energia elétrica. No entanto, a sensação atual entre essas pessoas é de frustração. Mesmo que a maioria dos eucaliptos tenha crescido e muitos tenham recebido um painel solar, eles afirmam que vários desses painéis já não funcionam mais. Sobre o cultivo de alimentos no meio do eucalipto, uma camponesa conta que tentou plantar mandioca, mas que, depois de algum tempo, a mandioca já não se desenvolveu, enquanto o eucalipto continuava crescendo. Ela constatou que o eucalipto fez com que o solo secasse, comprometendo o crescimento da mandioca. Ela se pergunta como vai produzir comida suficiente para alimentar seus filhos.

Outro morador conta que participou de outro programa da empresa que promovia o plantio de uma cultura alimentar, a soja. Nesse programa, a Lúrio GR distribuía sementes que cobrava depois, em quantidade 20% maior. O morador que plantou soja comenta que ninguém na comunidade come soja porque ela não faz parte do cardápio tradicional das pessoas. Por isso, a soja é produzida para ser vendida à indústria de avicultura. Como ocorre com os fomentados do eucalipto, também o sojicultor está desanimado. Ele diz que sua renda foi reduzida porque o preço da soja baixou significativamente nos últimos três anos, e que a empresa GR não está dando apoio na parte da comercialização. (2).

A empresa “Suzano” no Brasil

Outro exemplo de uma empresa que promove o chamado “fomento florestal” é a Suzano Papel e Celulose. A empresa afirma ter 1.000 produtores rurais, dos quais 80% são pequenos produtores que praticam o “fomento florestal”. A Suzano é uma das maiores empresas em expansão no Brasil, que promove o plantio da monocultura de eucalipto para celulose e papel. Futuramente, pretende exportar “pellets de madeira” para geração de energia e eletricidade na Europa. Também é a primeira empresa no Brasil e na América Latina que conseguiu, em 2015, a aprovação do plantio comercial de um eucalipto transgênico, supostamente 20% mais produtivo que as árvores “convencionais” (veja [artigo do Boletim do Abril 2015](#) do WRM).

A expansão da Suzano nos últimos anos tem gerado conflitos com comunidades tradicionais na região do Baixo Parnaíba. Elas têm defendido seus territórios, onde praticam o extrativismo de bacuri e de outros produtos (3). Mesmo assim, a Suzano afirma que *“a maioria das terras onde plantações são implementadas é terra agrícola degradada”*. E sobre a introdução das árvores transgênicas, a empresa afirma que os agricultores que praticam o “fomento florestal” seriam os que mais se beneficiariam dessa nova tecnologia. A empresa argumenta que o aumento da produtividade pode fazer com que os pequenos produtores necessitem de menos terras para produzir a mesma quantidade de madeira; portanto, sobrariam mais áreas para a produção de alimentos e/ou proteção de florestas, segunda afirma a Suzano. (4)

No entanto, décadas de “sucesso”, com aumentos constantes de produtividade das árvores de eucalipto no Brasil, seguindo métodos “convencionais” de melhoramento da produção, resultaram em milhões de hectares de plantações a mais, e não a menos. Com isso, a Suzano e outras empresas contribuíram para gerar muitos conflitos e a expulsão de comunidades locais das suas terras, bem como redução das áreas disponíveis para a produção de alimentos. Conforme diz o advogado brasileiro da ONG Terra de Direitos, André Dallagnol: “O próprio eucalipto, que é uma espécie exótica no Brasil, tem se apresentado como um grande inimigo dos Camponeses e dos Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil. Isso acontece justamente pelos impactos que já são causados pelas variedades não modificadas geneticamente e que são potencializados na variedade transgênica, especialmente as relacionadas ao consumo de água. Há relatos de esgotamento dos recursos hídricos para comunidades inteiras onde há intensos monocultivos de eucaliptos, lugares que passam a ser chamados de “desertos verdes”. Além disso, há necessidade de uso intenso da pulverização aérea de agrotóxicos que se espalham por longas distâncias, atingindo, novamente, as comunidades vizinhas”. (5)

Por fim

Esses dois exemplos de empresas, ambas certificadas pelo selo FSC, reforçam aquilo que o WRM vem argumentado ao longo dos anos: é pouco inteligente promover sem limites um modelo de silvicultura ou agricultura com base em monocultura em larga escala. Isso também vale para o clima: se consideramos ainda que esse modelo de produção das empresas de silvicultura é baseado em mecanização, em um uso intenso de fertilizantes e agrotóxicos, e em transporte da produção em longas distâncias, etc., estamos falando de uma atividade que depende profundamente do petróleo e gás natural. Insistir nesse modelo apenas tende a piorar a crise climática. Portanto, a opção realmente inteligente seria não mais praticá-lo. Até lá, é fundamental apoiar e fortalecer as comunidades nas suas lutas contra as plantações de árvores em larga escala.

Winnie Overbeek, winnie@wrm.org.uy

Membro do Secretariado Internacional do WRM

- (1) <http://www.fao.org/3/a-i3325e.pdf>
- (2) Visita a campo do WRM junto com Justiça Ambiental, de 15 a 23 de setembro de 2015.
- (3) <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/plantacoes-de-eucalipto-para-energia-o-caso-da-suzano-no-baixo-parnaiba-maranhao-brasil/>
- (4) <http://theforestsdialogue.org/publication/company-responses-questionnaire-development-genetically-modified-trees>
- (5) <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/os-transgenicos-nao-sao-bem-vindos-entrevista-com-andre-hl-dallagnol-de-a-organizacao-brasileira-terra-de-direitos/>

Acordos comerciais, agronegócio e crise climática

As negociações sobre o clima em Paris, em dezembro deste ano, são consideradas uma última oportunidade para os governos do mundo se comprometerem com metas vinculantes que possam deter nossa marcha rumo ao caos climático. Porém, na

contagem regressiva para Paris, muitos desses mesmos governos assinaram ou estão pressionando por uma série de ambiciosos acordos comerciais e de investimento que impediriam as medidas necessárias para enfrentar a mudança climática.

O que sabemos desses acordos até agora, a partir dos poucos textos que vazaram das negociações secretas, é que eles vão resultar em mais produção, comércio e consumo de combustíveis fósseis, e serão usados para reverter medidas populares que têm impacto sobre os lucros das indústrias poluentes (1).

O que não se falou muito é sobre a forma como as disposições desses acordos sobre alimentação e agricultura afetarão nosso clima. Mas a questão é vital, porque os alimentos e a agricultura têm um peso enorme nas mudanças climáticas (2). Identificamos sete principais formas pelas quais os componentes alimentar e agrícola dos atuais acordos comerciais e de investimento farão com a crise climática piore.

1. Mais produção, comércio e consumo de alimentos que são grandes emissores de gases do efeito estufa

Em termos de produção agrícola, a carne e os laticínios são os que mais contribuem para a mudança climática. Apenas 11% de toda a carne produzida são comercializados internacionalmente, mas, em termos globais, estima-se que a produção e o consumo de carne aumentem em 17% até 2024, e simplesmente tenham dobrado em 2050 (3). Espera-se que o aumento no comércio cumpra um papel nesse crescimento, e parte dele virá dos mais novos acordos comerciais, o que poderia alterar bastante a atual dinâmica do comércio de carne (4). É claro que não se pode prever quanto o comércio e o consumo vão crescer como resultado direto desses acordos, mas os cortes tarifários e padrões menos rígidos devem levar a um aumento da oferta e, portanto, do consumo nos países importadores. Afinal de contas, é isso que buscam os *lobbies* da indústria. Os mercados também devem crescer para determinadas empresas do agronegócio e seus investidores, devido ao afrouxamento de normas de segurança e leis de rotulagem de alimentos como resultado desses novos acordos (5).

2. Promovendo a agricultura industrial para exportação em detrimento de fazendas e sistemas alimentares locais

Desde muito tempo, a expansão dos mercados para o frango e o leite em pó europeus é um ponto central das agendas de liberalização comercial da UE, como bem sabem os agricultores e os pecuaristas africanos. Eles têm se mobilizado para conter o *dumping* de frango altamente subsidiado e o excesso de laticínios da Europa há anos. Essas lutas estão cada vez mais ligadas às mudanças climáticas. A produção industrial de aves, afinal de contas, é uma importante fonte de emissões de gases do efeito estufa. Os galletos, que são criados por sua carne, produzem sete vezes mais emissões do que aves de quintal. E as galinhas poedeiras, criadas em função dos ovos, produzem quatro vezes mais (6). O consumo de frango está aumentando em muitos países, porque é uma carne de baixo custo; portanto, o comércio mundial de aves deve aumentar. Todo esse comércio vem de granjas industriais, que emitem mais do que as operações de fundo de quintal ou de pequena escala.

3. Estimular supermercados globais e alimentos altamente processados

Os maiores nomes do varejo de alimentos pretendem crescer na Ásia, bem como na África e na América Latina, através dos vários acordos comerciais novos que estão sendo feitos hoje em dia. A expansão dos supermercados globais traz consigo a expansão da produção, do comércio e do consumo de alimentos processados. Por exemplo, sob o NAFTA, o consumo de alimentos processados subiu muito no México, trazendo consigo graves problemas de saúde pública, e o setor de varejo do país foi tomado por grandes cadeias globais (7).

Os alimentos processados – produzidos por Mondelez, Nestlé, Pepsico, Danone, Unilever e similares – são importantes emissores de gases do efeito de estufa, não só por toda a energia usada na embalagem, no processamento e no transporte, mas também por causa das emissões geradas nas fazendas e do desmatamento que vem com a expansão das plantações. Os alimentos processados são produzidos com as matérias-primas mais baratas que as empresas podem obter em todo o mundo. Uma embalagem de comida padrão de supermercado pode conter leite em pó da Nova Zelândia, milho dos Estados Unidos, açúcar do Brasil, soja da Argentina e óleo de dendê da Indonésia – alimentos altos na escala de emissões.

4. Fraude climática: a terceirização de emissões

Os acordos comerciais favorecem a produção de alimentos em países com baixo custo e/ou produção fortemente subsidiada, com níveis elevados de emissões. Esses países têm poderosos *lobbies* de agricultura industrial, e as receitas estrangeiras costumam depender muito das exportações agrícolas. É muito improvável que esses países venham a implementar qualquer medida para reduzir emissões que possa prejudicar a competitividade dos seus produtos agrícolas. Já vemos esses países avançando com suas empresas para afastar quaisquer esforços internacionais que possam promover cortes de emissões significativos na agricultura, por exemplo, através da Aliança Global para a Agricultura Inteligente para o Clima.

O país importador provavelmente não vai se responsabilizar pelas emissões importadas com os alimentos. Mesmo que um governo importador tentasse medidas para reduzir as importações de produtos que emitem muitos gases do efeito estufa, ele poderia ser contestado por aplicar restrições comerciais desleais dentro dos novos acordos.

5. Mais agrocombustíveis

Os agrocombustíveis são outra forma de energia poluente que, junto com os combustíveis fósseis, pode receber um impulso dos mais recentes acordos comerciais, principalmente quando os capítulos relativos a investimentos dos acordos comerciais tentam “nivelar o campo de jogo” para os investidores estrangeiros ao estabelecer regras sobre “tratamento nacional” e “a nação mais privilegiada”, que facilitam em muito o acesso à terra para a produção de agrocombustíveis. As políticas climáticas da União Europeia reforçaram a enorme concentração de terras na África para a produção de etanol para os mercados europeus.

6. A promoção das economias locais de alimentos prejudicada

Programas como “compre produtos nacionais” ou “compre produtos locais” costumam ser considerados discriminatórios e distorções do comércio, segundo a chamada

doutrina do livre comércio. A Organização Mundial do Comércio pouco fez para desencorajar essas iniciativas, mas os novos acordos comerciais bilaterais e regionais poderiam ir muito mais longe. Defensores e praticantes da soberania alimentar veem isso como uma ameaça potencial às economias locais de alimentos que vêm sendo meticulosamente construindo ao longo das últimas décadas (por exemplo, iniciativas de conselho de política alimentar para apoiar o uso de alimentos locais em serviços públicos, como escolas e hospitais) (8). Qualquer ação para ilegalizar o “tornar-se local” (*go local*) ou “usar o que é local” no setor de alimentos automaticamente resultará em aumento da desestabilização do clima (9). O mesmo se pode dizer de iniciativas de apoio a compras “verdes” ou programas para exigir que se compre de empresas de pequeno e médio porte, em nome de mitigação das mudanças climáticas.

7. Medidas de segurança alimentar ilegalizadas

Em 2013, alguns governos tentaram aprovar uma regra da OMC segundo a qual as compras públicas de produtos alimentares em tempos de crise seriam consideradas uma forma de subsídios agrícolas que distorcem o comércio. Muitos governos compram produtos agrícolas de agricultores para estabilizar os mercados, garantem preços e administram estoques ou sistemas de distribuição de acordo com o interesse público. Os estragos causados pelas mudanças climáticas em um mundo de desregulamentação e concentração empresarial tornam os choques alimentares mais comuns e mais ameaçadores. Isso significa que essas medidas básicas de segurança alimentar e fortes programas de compras públicas são cada vez mais necessários.

É hora de parar de desestabilizar o clima!

Os padrões de consumo de alimentos estão mudando. A dieta ocidental está se difundindo, principalmente no Sul global, trazendo consigo problemas de saúde, mas também o aumento da pressão climática. *Traders de commodities*, empresas de agronegócio, redes de varejo, grupos de *private equity* e outros tipos de corporações que financiam e administram o sistema industrial de alimentos têm um grande interesse em expandir os negócios nesses mesmos mercados, e os acordos comerciais são uma grande ferramenta para isso.

É só fazer as contas. Se quisermos enfrentar a mudança climática, temos que reduzir o consumo de alguns alimentos e isso significa também reduzir a produção e o comércio. Felizmente, é bastante possível, mas exige uma redução estrutural da comida e do varejo com produção em grande escala, e daqueles que os financiam e lucram com eles. No lugar deles, fazendas, unidades de processamento e mercados de pequeno e médio porte, apoiados por compras e financiamento públicos, poderiam funcionar melhor. É necessário um empurrão e a unificação das diferentes lutas em torno das mudanças climáticas com as lutas pela soberania alimentar e contra os acordos comerciais impulsionados pelas empresas.

GRAIN, <http://grain.org/>

Acesse a publicação em Espanhol, Inglês e Francês em:

<https://www.grain.org/article/entries/5317-trade-deals-boosting-climate-change-the-food-factor>

(1) Ver relatórios a ser publicados do *Corporate Europe Observatory* (CEO),

<http://corporateeurope.org>, bem como relatórios anteriores de Sierra Club, a rede Friends of the Earth, CEO e outros, compilados em [http://www.bilaterals.org/?+-climate-+](http://www.bilaterals.org/?+-climate-+http://www.bilaterals.org/?+-climate-+); Peter Rossman, “Against the Trans-Pacific Partnership,” Jacobin, 13 de maio de 2015: <https://www.jacobinmag.com/2015/05/trans-pacific-partnership-obama-fast-track-nafta/>.

(2) Ver La Via Campesina e GRAIN, “Food sovereignty: 5 steps to cool the planet and feed its people”, 5 de dezembro de 2014, <https://www.grain.org/e/5102>.

(3) Ver OECD-FAO, *Agricultural Outlook 2015*, 1º de julho de 2015, http://dx.doi.org/10.1787/agr_outlook-2015-10-en. O comércio de frutos do mar já dobrou nos últimos cinco anos e eles se tornaram a proteína mais comercializada. Para mais informações, ver Rabobank, <http://rabobank-food-agribusiness-research.pr.co/98495-seafood-a-myrriad-of-globally-traded-aquatic-products>.

(4) Ver o capítulo “ampliado” sobre carne em OECD-FAO, *op. cit.*

(5) Ver GRAIN, “Food safety in the EU-US trade agreement: going outside the box”, 10 de dezembro 2013, <https://www.grain.org/e/4846> e FoEE, GRAIN, IATP e outros, “EU-US trade deal threatens food safety”, 5 de fevereiro de 2015, <https://www.grain.org/e/5129>

(6) Os dados são do relatório da FAO, *Global Livestock Environmental Assessment (GLEAM)*, “Greenhouse gas emissions from pig and chicken supply chains”, 2013, <http://www.fao.org/docrep/018/i3460e/i3460e.pdf>

(7) Ver GRAIN, “Free trade and Mexico’s junk food epidemic”, 2 de março de 2015, <https://www.grain.org/e/5170>

(8) Ver Karen Hansen-Kuhn, “Local economies on the table: TTIP procurement update”, IATP, 13 de novembro de, <http://www.iatp.org/documents/local-economies-on-the-table>

(9) Nem todas as iniciativas “go local” no setor de alimentos são melhores para o clima. Mas muitas o são.

POVOS EM AÇÃO

Via Campesina: Chamado à Ação para a Conferência Climática da ONU em Paris

As alterações climáticas provocam fome generalizada, migração e piora das condições de vida para milhões de famílias rurais, principalmente mulheres e jovens. O sistema alimentar global imposto às pessoas pelas Empresas Transnacionais é um fracasso total e uma das principais causas da crise climática induzida pelo ser humano – dependente dos combustíveis fósseis para produzir, transformar e transportar. A agricultura camponesa e os sistemas alimentares locais, ao contrário, já se mostraram capazes de alimentar as pessoas por séculos, de forma sustentável. A Via Campesina chama todos os movimentos sociais, organizações populares, a sociedade civil e ativistas de todo o mundo a se mobilizar no contexto das negociações sobre o clima, a fim de promover nossas propostas e mostrar nossa oposição às falsas soluções que as transnacionais inseriram na ONU.

Leia o chamado em Inglês: <http://viacampesina.org/en/index.php/actions-and-events-mainmenu-26/-climate-change-and-agrofuels-mainmenu-75/1853-peasant-agriculture-is-a-true-solution-to-the-climate-crisis>

Espanhol: <http://viacampesina.org/es/index.php/acciones-y-eventos-mainmenu-26/cambios-climcos-y-agro-combustibles-mainmenu-79/2468-la-via-vampesina-llamado-a-la-accion-para-la-cop21-en-paris>

Sociedade Civil diz NÃO à “Agricultura Inteligente para o Clima”

Uma declaração internacional assinada por mais de 250 organizações e movimentos de todo o mundo expressa sérias preocupações sobre a crescente influência e a agenda da chamada “Agricultura Inteligente para o Clima” (CSA, na sigla em inglês) e a Aliança Global para a Agricultura Inteligente para o Clima (GACSA). Diante da crise climática, precisamos de uma transformação radical em nossos sistemas alimentares, para nos afastarmos de um modelo industrial e suas falsas soluções, em direção a soberania alimentar, sistemas alimentares locais e reforma agrária integral, para alcançar a plena realização do direito humano a alimentação e nutrição adequadas. Os mais de 250 organizações e movimentos que subscreveram a declaração conclamam os tomadores de decisões nos países e na ONU a rejeitar a perigosa retórica de Agricultura Inteligente para o Clima. Leia a declaração:

Inglês: <http://www.climatesmartagconcerns.info/cop21-statement.html>

Espanhol: <http://www.climatesmartagconcerns.info/espagnol1.html>

Francês: <http://www.climatesmartagconcerns.info/francais.html>

Juntos, podemos resfriar o planeta!

Um novo vídeo da Via Campesina e da GRAIN faz parte de uma campanha para destacar o papel fundamental do sistema de alimentos industrializados na crise climática. O vídeo fornece informações acessíveis para compreender os seis principais impactos do sistema agroindustrial de alimentos que contribuem para o aquecimento global: desmatamento, agricultura industrial, transporte, processamento, refrigeração e desperdício de alimentos. Nas Américas, na Ásia, na Europa e na África, por muitos anos, as pessoas vêm criticando as falsas soluções para a mudança climática, como os transgênicos, a economia “verde” e a agricultura “inteligente para o clima”. A solução para a crise climática está nas mãos dos pequenos agricultores, juntamente com os consumidores que escolhem produtos agroecológicos em mercados locais. Esta é a mensagem a ser levada à Conferência sobre Mudança Climática de Paris, em dezembro. Junte-se à campanha! Compartilhe este vídeo! Veja o vídeo:

Inglês: <https://vimeo.com/140434969>

Espanhol: <https://vimeo.com/140427376>

Francês: <https://vimeo.com/140440307>

Deixar os combustíveis fósseis no subsolo! Uma chamada para criar o grupo "Anexo 0", apoiado pela Nação Shuar de Pastaza, no Equador

A rede Oilwatch lançou uma chamada internacional para criar o grupo "Anexo 0" nas negociações sobre o clima das Nações Unidas. Seria um grupo de povos e nações reconhecidos por suas contribuições para prevenir uma mudança climática maior, por exemplo, por ter um compromisso de deixar os combustíveis fósseis no subsolo. As iniciativas no âmbito do "Anexo 0" incluem, entre outros, o rechaço a mecanismos como o comércio de carbono, REDD +, e outras falsas soluções para a mudança climática. Em outubro de 2015, o povo Shuar do Pastaza, na comunidade de Tsurakú, Equador, decidiu se juntar à chamada, na expectativa de que muitos outros povos e nações sigam o exemplo. Os Shuar mantiveram o controle territorial de 443.000 hectares de florestas, que, desde 1975, estão ameaçadas pelas empresas petrolíferas e pelo governo equatoriano.

RECOMENDADOS

Palawan: Parem de responsabilizar as práticas agrícolas dos povos indígenas pelo desmatamento – olhem para os cultivos com grande aumento de demanda, as plantações de dendezeiros e a mineração!

A agricultura tradicional em terras altas, implementada através da tecnologia de coivara (“corte-e-queima”, ou *kaingin*) nas Filipinas é demonizada e antagonizada por meio de legislação restritiva. Em Palawan, enquanto suas florestas estão sendo destruídas pelo agronegócio (principalmente dendezeiros e seringueiras), as empresas de mineração – e várias formas de concentração de terras – órgãos do Estado, bem como algumas ONGs de Palawan, ainda consideram a *kaingin* indígena como “agricultura ilegítima” e como a principal causa do desmatamento. No entanto, a *kaingin* tradicional não só proporciona meios de subsistência sustentáveis, mas também beneficia os povos indígenas de Palawan ao oferecer uma variedade de colheitas de produtos madeireiros e não madeireiros para subsistência e para diversificar a produção. Mesmo assim, uma dura “proibição da *kaingin*” foi imposta por muitos municípios e está sendo implementada e difundida sob a administração atual. Leia o comunicado conjunto da CALG (Coalition against Land Grabbing) e NATRIPAL (Tribos Unidas de Palawan) em inglês.

Leis de sementes que criminalizam agricultores: resistência e reação

As sementes camponesas – o pilar da produção de alimentos – estão sofrendo ataques em todas as partes. Sob pressão empresarial, as leis de muitos países limitam cada vez mais o que os agricultores podem fazer com suas sementes. A prática de guardar sementes, que tem sido a base da agricultura por milhares de anos, está sendo rapidamente criminalizada. Uma brochura e um cartaz recentes da Via Campesina e da GRAIN documentam a forma como grandes empresas e governos estão agindo para impedir os agricultores de guardar e trocar suas sementes, e mostram como os agricultores estão reagindo. Acesse os materiais:

Inglês: <http://viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/biodiversity-and-genetic-resources-mainmenu-37/1783-new-publication-seed-laws-that-criminalise-farmers-resistance-and-fightback>

Espanhol: <http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/biodiversidad-y-recursos-gencos-mainmenu-37/2403-infografia-paremos-las-leyes-de-semillas-que-criminalizan-a-las-campesinas-y-los-campesinos-y-defendamos-las-semillas-locales>

Brasil: método de plantio do comunidades quilombolas preserva a vegetação e nutrientes do solo

Em meio à maior área contínua de Mata Atlântica do país, no sudoeste do São Paulo, pesquisadores da Universidade de São Paulo e da Universidade Estadual de Campinas acompanham mudanças em quilombos da região desde 2003. Os estudos mais recentes desse grupo reforçaram a ideia de que o método de plantio adotado pelos quilombolas – à primeira vista aparentemente agressivo por implicar o corte e a queima de áreas de vegetação nativa – tem baixo impacto sobre a floresta e os animais que a ocupam, como os próprios agricultores diziam há tempos. Por meio de sensores enterrados no solo, se verificou que o fogo usado para abrir uma área de plantio queima principalmente as folhas e galhos finos, de modo que 85% da vegetação resiste e os nutrientes permanecem no solo. As roças, criticadas por supostamente prejudicarem a biodiversidade da floresta, podem até mesmo servir de fonte de alimento para animais da floresta. Veja o artigo do Operamundi em:

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/samuel/40910/sem+abandonar+tradicoes+comunidades+quilombolas+transformam+relacao+com+territorio+no+vale+do+ribeira.shtml>

Manejo Comunitária de Florestas: elementos para sua defesa e fortalecimento

A publicação recentemente lançada pela organização Otros Mundos Chiapas, do México, é um esforço para apresentar elementos e experiências de manejo comunitário de florestas. Diante da grande quantidade de informações difundidas por organismos governamentais e não governamentais alinhados à política de mercantilização da natureza, muitas comunidades e povos que habitam as florestas precisam enfrentar novos processos de defesa de sua terra e território. Esse material informativo busca ajudar àquelas pessoas ou organizações que necessitem desses conhecimentos para facilitar processos de acompanhamento, assim como discernir entre projetos que contribuem para o manejo comunitário de florestas e os que apenas legitimam as estratégias da “economia verde”. Acesse a publicação, em espanhol:

<http://otrosmundoschiapas.org/index.php/temas-analisis/34-34-biodiversidad/2112-manual-gestion-comunitaria-de-bosques-elementos-para-su-defensa-y-fortalecimiento>

Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor em chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Jutta Kill, Flavio Pazos, Teresa Perez

Secretaria Internacional do WRM

Maldonado 1858 - 11200 Montevideo – Uruguai

Tel/fax: 598 2413 2989

wrm@wrm.org.uy - <http://www.wrm.org.uy>